DISTRITOS INDUSTRIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM PIRACICABA-SP: ANÁLISE CRÍTICA DAS CONDIÇÕES GERAIS DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Saulo Teruo Takami*
Auro Aparecido Mendes**

Resumo

A desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), em direção às cidades do interior do estado, pode ser explicada por inúmeras causas, dentre as quais destacam-se as seguintes: O crescimento muito intenso e rápido da metrópole que passou a apresentar estrangulamentos na sua capacidade de responder às necessidades das novas unidades produtivas; os problemas com o escoamento das mercadorias; o elevado preço dos terrenos e principalmente, a existência de incentivos para a localização em Distritos Industriais (D.Is). Muitos foram os municípios localizados no interior do estado de São Paulo, principalmente cidades médias, distantes à aproximadamente 200 km da RMSP que tiveram, a partir de 1970, a sua industrialização potencializada. Tal fato, ocorreu com a criação de D.Is que abrigaram indústrias de capitais locais, e mais notadamente, capitais nacionais e estrangeiros. A presente pesquisa pretende investigar os D.Is no município de Piracicaba-SP, localizado à aproximadamente 164 km da capital paulista, no que tange às origens dos capitais investidos, fatores locacionais e relações interindustriais (*linkages*), principalmente. A realização desta pesquisa tem por objetivo, analisar os fatores, os processos e a dinâmica que criam as condições gerais para a reprodução do capital, sendo os D.Is apenas uma representação visível da lógica capitalista.

Palavras-chave: Distrito Industrial, Desenvolvimento Local, Políticas Públicas, Reprodução do Capital.

EJE TEMÁTICO: ABORDAJES DE LA GEOGRAFÍA ECONÓMICA, POLÍTICA Y SOCIAL.

* Discente do Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Geografia-IGCE-UNESP-Rio Claro (SP) – Brasil
** Professor Adjunto do Departamento de Geografia-IGCE-UNESP-Rio Claro (SP) – Brasil

1. Introdução

A reestruturação econômica dos anos 1980 induziu várias estratégias reorganizacionais nas atividades industriais. Alguns analistas, especialmente Piore e Sabel, argumentam que a crise econômica da década de 1970 resultou da exaustão do sistema de produção em massa, constituindo um marco na atividade industrial na história do capitalismo. Para outros, como Harrison e Storper, a difusão de novas formas organizacionais foi resposta à crise de lucratividade do processo de acumulação de capital. Outros ainda, como Coriat, por exemplo, sugerem uma evolução de longo prazo do "fordismo" ao "pós-fordismo", como expressão de uma "grandiosa transição" a transformação histórica das relações entre, de um lado, produção e produtividade e, de outro, consumo e concorrência. Apesar da diversidade de abordagens, há algumas coincidências, tais como:

- Quaisquer que sejam as causas e origens da transformação organizacional houve, em meados dos anos 1970, uma divisão importante (industrial ou outra) na organização da produção e dos mercados na economia global;
- As transformações organizacionais interagiram com a difusão de tecnologia da informação;
- O objetivo das transformações organizacionais em várias formas era diminuir a incerteza causada pelo ritmo veloz das mudanças no ambiente econômico, institucional e tecnológico, aumentando a flexibilidade em produção, gerenciamento e *marketing*;
- Muitas transformações organizacionais tinham por objetivo redefinir os processos de trabalho e práticas de emprego, introduzindo o modelo da "produção enxuta" com o fito de economizar mão-de-obra mediante a automação de trabalhos, eliminação de tarefas e supressão de camadas administrativas.

A própria empresa mudou o modelo organizacional para adaptar-se às condições de imprevisibilidade engendrada pela rápida transformação econômica e tecnológica. A empresa horizontal parece apresentar as seguintes tendências principais: organização em torno do processo, não da tarefa; hierarquia horizontal; gerenciamento em equipe; medida do desempenho pela satisfação do cliente; recompensa com base no desempenho da equipe; maximização dos contatos com fornecedores e clientes, informação, treinamento e retreinamento de funcionários em todos os níveis. Para operar na nova economia global, caracterizada pela onda de novos concorrentes que usam novas tecnologias e capacidade de

redução de custos, as grandes empresas tiveram de tornar-se principalmente mais “flexíveis”. Para conseguir absorver os benefícios da flexibilidade das redes produtivas, a própria empresa teve de tornar-se uma rede e dinamizar cada elemento de sua estrutura interna: este é na essência o significado e o objetivo do modelo da “empresa horizontal”, freqüentemente estendida na descentralização de suas unidades e na crescente autonomia dada a cada uma delas, até mesmo permitindo que concorram entre si, embora dentro de uma estratégia global comum (CASTELLS, 1999).

O advento da indústria de alta tecnologia, ou seja, a indústria com base na microeletrônica e assistida por computadores introduziu uma nova lógica de localização industrial. As empresas eletrônicas, produtoras dos novos dispositivos da tecnologia da informação, também foram as primeiras a utilizar a estratégia de localização possibilitada e exigida pelo processo produtivo baseado na informação. Esse espaço caracteriza-se pela capacidade organizacional e tecnológica de separar o processo produtivo em diferentes localizações, ao mesmo tempo em que reintegra sua unidade por meio de conexões de telecomunicações e da flexibilidade e precisão resultante da microeletrônica na fabricação de componentes. Além disso, devido à singularidade da força de trabalho necessária para cada estágio e às diferentes características sociais e ambientais próprias das condições de vida de segmentos profundamente distintos dessa força de trabalho, recomenda-se especificidade geográfica para cada fase do processo produtivo.

De acordo com Castells (1999), o novo espaço industrial não representa o fim das velhas áreas metropolitanas já estabelecidas e o início de novas regiões caracterizadas por alta tecnologia. O novo espaço industrial é organizado em torno de fluxos de informação que, ao mesmo tempo, reúnem e separam – dependendo do ciclo das empresas – seus componentes territoriais. E, à medida que a lógica da fabricação da tecnologia da informação vai passando dos produtores de equipamentos de tecnologia da informação para os usuários destes dispositivos em toda a esfera da indústria, também a nova lógica espacial se expande criando uma multiplicidade de redes industriais globais, cujas intersecções e exclusões mudam o próprio conceito de localização industrial de fábricas para fluxos industriais.

A desintegração vertical de uma empresa ocorre quando as diferentes etapas da produção não se efetivam na mesma empresa. A tendência à desintegração vertical tornou-se muito comum, o que explica a multiplicação das pequenas e médias empresas. A organização da produção – integrada ou desintegrada – depende da economia realizável na gestão da produção.

Assim sendo, verifica-se que as mudanças geográficas dos espaços de produção coincidem com as mutações maiores da organização da produção, que são por sua vez provocadas pelas exigências do novo regime de acumulação. Faz-se mister salientar que essa "nova ordem capitalista" é caracterizada no processo de reprodução do capital, por uma série de imbricações de comando, de fazer, de obedecer, de dependências, entre outras, que acabam intensificando as relações entre o todo e as partes, entre o lugar e o global.

As relações produtivas na atividade industrial atualmente geram novos recortes territoriais, cujo domínio e poder fogem da esfera nacional. Consiste em uma reconstrução do espaço e de uma nova noção de tempo, que procura atender às demandas da própria sociedade. Em meio a todas as transformações socioeconômicas e espaciais em curso, é necessário compreender que cada lugar é único, resultado da combinação e das relações de dominação, subordinação e interdependência e produzido historicamente.

O alcance espacial do sistema produtivo globalizou-se, fundamentando-se em vantagens comparativas dinâmicas, gerando novas relações de trabalho e de produção. Dessa forma, as economias locais devem ser entendidas como malhas de uma rede econômica global. Não se pode olvidar, nem negligenciar os nexos que prendem o local ao global e vice-versa. Cabe, então, compreender as "amarrações" as formas de dependências (técnicas, produtivas, entre outras) e as redes produtivas do sistema industrial. Daí a realização deste artigo (do presente trabalho) que tem por **objetivo geral**, analisar os fatores, os processos e a dinâmica que criam as condições gerais para a reprodução do capital, sendo os Distritos Industriais (objeto do presente artigo – de estudo) apenas uma representação visível da lógica capitalista. No que tange os **objetivos específicos**. Esta investigação científica buscará respostas a estas e outras questões:

- Quando foram criados os Distritos Industriais (D.Is)?
- Quantas indústrias encontram-se, atualmente, instaladas nos D.Is?
- Quais são as fábricas instaladas e os seus respectivos gêneros industriais?
- Qual é o número de funcionários ocupado pelas indústrias instaladas nos D.Is?
- Qual é a origem dos capitais investidos?
- As indústrias mantêm relações com outras unidades produtivas da cidade, se sim, com quais?
- As indústrias instaladas nos Distritos Industriais (D.Is) mantêm relações com o setor rural, comercial e de serviços da cidade? Se sim, especifique. (que tipo de relações?)

- As indústrias instaladas nos D.Is matêm relações interindustriais (*linkages*) entre si? Quais?
- Por que as indústrias estão localizadas nos D.Is?
- Quais as vantagens e desvantagens locacionais dos D.Is?
- Quais são as políticas públicas adotadas nos D.Is?
- Que relação as indústrias instaladas nos Distritos Industriais (D.Is) mantém com a dinâmica global do capital e com a dinâmica regional (desconcentração industrial no estado de São Paulo, por exemplo) e local?

A busca de respostas a estas e outras questões, também, embasado no materialismo histórico dialético e no trabalho de campo junto aos estabelecimentos produtivos justificam a realização do presente artigo e o torna relevante.

2. Embasamento Teórico

Segundo Silva e Cano *apud* Mendes e Sampaio (1987) o café havia possibilitado efetivamente, no estado de São Paulo, o processo de acumulação de capital durante todo o período anterior a crise de 1929, gerando, assim, o processo de desenvolvimento industrial. As indústrias foram se concentrando na região cafeeira, uma vez que parte dos lucros auferidos com o café era investida em infra-estruturas e serviços.

Até 1970, foi vantajoso para muitas empresas (nacionais e estrangeiras) definir a localização de suas fábricas junto à ***Core Region*** nacional já estabelecidas, ou seja, a Região Sudeste, mormente a Região Metropolitana de São Paulo e poder desfrutar das economias externas a ela vinculadas (GLIGER e DAVIDOVICH, 1974). No interior da ***Core Region*** as preferências locacionais foram dirigidas para as metrópoles, Rio de Janeiro e, especialmente, São Paulo, concentrando entre 1970 e 1975, cerca de 55% dos estabelecimentos industriais e 60% do emprego industrial de todo o estado de São Paulo (AZZONI, 1985).

A ocorrência desse fenômeno nacional de concentração industrial em São Paulo não só resultou das características históricas específicas deste estado, como também representou um reflexo do modelo de desenvolvimento econômico implantado no país pelo Estado brasileiro, a partir da década de 1950 e, especialmente, após 1964 (MENDES, 1991; OLIVEIRA e MENDES, 1999).

A região da metrópole paulistana comandou o processo de concentração em âmbito nacional e estadual, exercendo, por conseguinte, maior força de atração para os investimentos industriais. Neste contexto, as citadas forças aglomerativas desempenharam um papel

fundamental na concentração da atividade industrial em São Paulo, atraindo indústrias nacionais e estrangeiras e levando a uma divisão territorial do trabalho (MENDES, 1991).

A partir de meados da década de 1970, começa a ocorrer uma desconcentração relativa das indústrias localizadas na Região Metropolitana de São Paulo, tanto em direção ao interior paulista como para outros estados da federação, os quais aumentaram sua participação relativa no produto industrial nacional. Conforme Oliveira (1976 *apud* TOLEDO, 2009) as metrópoles passaram a apresentar "deseconomias" que produziam repulsão para muitos tipos de indústrias. O alto custo da mão-de-obra, os problemas com o escoamento das mercadorias, e o elevado gasto com instalações serviram para inibir novos investimentos nas metrópoles e determinar a transferência para áreas mais propícias, distritos industriais, e também buscar cidades no entorno com custos mais atraentes.

No interior do estado de São Paulo é a região do entorno metropolitano (formada pelos municípios situados em um raio de aproximadamente 200 km, a partir da Região Metropolitana de São Paulo) que, historicamente, tem apresentado a maior concentração industrial. O entorno metropolitano na verdade, nada mais é do que o conjunto formado pelos municípios mais industrializados das regiões administrativas de Campinas, Vale do Paraíba e Sorocaba (MENDES, 1991).

Tal situação, em nível federal, foi planejada parcialmente pelo Estado, graças a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDUR), extraídos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que confere as seguintes prioridades para a região Sudeste (1974):

- Desconcentração industrial
- Ocupação urbana em São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas
- Crescimento da área metropolitana de Belo Horizonte-MG
- Investimentos nas cidades com mais de 50 mil habitantes
- Dinamização da área rural, etc.

As políticas espaciais efetuadas pelo governo de São Paulo também foram importantes para a desconcentração industrial da Região Metropolitana em direção às cidades médias localizadas no interior do estado. A participação do governo estadual se deu principalmente pela política de construção de grandes e modernas rodovias (Imigrantes, Castelo Branco, Bandeirantes, Anhangüera e Washington Luís) e, mais recentemente, pela implantação de uma extensa rede de fibra ótica que também acompanha todos os referidos eixos de desconcentração industrial mencionados, visando atender às demandas do grande capital.

Conforme Lencioni (2007) os equipamentos coletivos de consumo (rodovias, escolas, telecomunicações, hospitais, etc.) articulam de maneira direta o processo imediato de produção industrial ao conjunto da produção e circulação do capital. A energia, as vias de circulação, bem como a rede de fibra ótica se constituem em exemplos de condições gerais de produção, dentre muitos outros. Por meio dessas condições se articula o particular ao geral e se integra uma unidade específica de produção à produção e circulação do capital em geral.

> A partir da década de 2000, o Multicomplexo Territorial Industrial (Metropolitano/Urbano) Paulista é configurado, tendo em destaque seus principais complexos territoriais setoriais e intersetoriais, entre os quais se incluem o petroquímico, consolidados nos anos 1950 e 1960 (metrópole paulistana), na década de 1970 (Vale do Paraíba), e nos decênios 1980 e 1990 (Campinas, Sumaré, São Carlos); o da indústria cultural, indentificado na metrópole paulistana na década de 1990 etc. A existência de tais complexos é evidência empírica para o pressuposto de que relações interindustriais (de insumo-produto e de prestação de serviços industriais) são estruturadas em redes no interior do Multicomplexo Territorial Industrial. Neste, os *linkages* podem expressar tanto encadeamentos técnicos intrasetoriais e inter-setoriais tradicionalmente estabelecidos nos aludidos complexos, quanto os movimentos de desintegração produtiva vertical e de terceirização de tarefas produtivas, que se robusteceram e disseminaram no pós 1980, com o novo paradigma técnico-produtivo-organizacional flexível. Todas essas relações interindustriais asseguram a própria existência do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista (MCTIP) e lhe conferem coesão funcional interna (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 308).

Será essencialmente ao longo destes eixos de desenvolvimento industrial que ocorrerão a implantação de unidades produtivas de grandes corporações (de capitais nacionais e estrangeiros) em espaços preparados para receber tais capitais sob a forma de Distritos Industriais, ou seja, através de políticas atrativas municipais.

3. Justificativa

Segundo Sampaio (1973), em 1950, como artigos principais da produção industrial em Piracicaba, eram citados apenas o açúcar de usina, o álcool e a aguardente, não havendo nenhuma outra especificação. Isso simplesmente reforça a importância da agroindústria do açúcar na evolução econômica e a dominância quase absoluta, até 1950, do ramo alimentício, mas sua importância tem diminuído pela expansão de outros gêneros, principalmente o mecânico e o metalúrgico, e secundariamente, pelo imobiliário, pelo químico e outros, expansão essa verificada a partir de 1950 e sensivelmente acentuada na década de 1960-1970.

As atividades mecânica e metalúrgica ganharam destaque no ramo industrial de Piracicaba, ambas ligadas a cultura da cana-de-açúcar, graças a produção de máquinas, aparelhos e acessórios para a agricultura, usinas de álcool e destilarias de aguardente. Embora constituam o setor mais importante, os produtos ligados ao equipamento das usinas e

destilarias e à cultura da cana não monopolizam a produção mecânica do município. Há ainda, conforme Sampaio (1973), máquinas e implementos agrícolas para os mais diversos fins, equipamentos hidráulicos de utilização industrial, ou para veículos pesados destinados à terraplenagem e pavimentação, máquinas para indústrias de balas e caramelos, peças e acessórios de reposição de veículos, ferramentas e máquinas operatrizes para a indústria automobilística e para retíficas de veículos a motor.

Os setores industriais citados, principalmente mecânica e metalúrgica, são os maiores estabelecimentos, conseqüentemente são os que possuem maior número de empregados, assim sendo, necessitam de mão-de-obra especializada, uma vez que os funcionários operam complexas máquinas. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) oferece cursos para tais qualificações e ao longo dos anos várias outras instituições de ensino se instalaram em Piracicaba.

A dinâmica e o desenvolvimento econômico da cultura canavieira se intensificaram com o projeto Pró-Álcool (1975), no qual substituía a gasolina por etanol, uma iniciativa do governo devido às altas taxas dos barris de petróleo (Choque do Petróleo – 1973). Tal década foi marcante para Piracicaba, uma vez que em 1972 e 1973, a cidade em questão ficou em 2º lugar na produção de açúcar por municípios no estado de São Paulo, perdendo apenas para Sertãozinho.

Na gestão municipal de Adilson Benedito Maluf (1973-1977), foi criada a Lei Municipal 2.015 de 10 de maio de 1973, na qual autoriza o município de Piracicaba a firmar convênio com entidades privadas para concessão de incentivos à industrialização. Entre os incentivos concedidos estão: “reembolso dos investimentos realizados com a aquisição de terrenos, construção e instalação de equipamentos de Estação de Tratamento de Efluentes Industriais e despesas com preparo e terraplenagem do terreno” (RAZERA, 1993, p. 20). A concretização do distrito industrial torna-se mais evidente com a Lei Municipal 2.039 de 06 de setembro de 1973, onde institui a unidade industrial – Leste de Piracicaba (UNILESTE). Segundo a Lei: “os terrenos na área da Unidade Industrial só poderão ser adquiridos ou vendidos aos interessados que tenham projeto de instalação de indústria ou de serviços conexos previamente aprovados pela prefeitura, devendo essa condição constar na respectiva escritura”.

A instalação do Distrito Industrial UNILESTE realizou-se porque o Prefeito queria trazer uma transnacional para Piracicaba – Caterpillar (EUA). Tornando seu governo responsável pela abertura ao capital estrangeiro e fazendo com que as grandes corporações se

impusessem, uma vez que a empresa exigia que sua fábrica se localizasse próxima a uma rodovia para facilitar o escoamento de seus produtos.

Conforme Razera (1993), o arquiteto contratado pela Prefeitura para fazer o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município, orientava que a cidade deveria crescer no sentido oeste do município. Entretanto, a rodovia exigida pela Caterpillar encontrava-se a leste. O Prefeito impôs à Companhia Refinadora Paulista a venda de grande área a leste da cidade por um preço bem inferior aos praticados na época. O local possuia os solos mais férteis, com índices de produtividade bem superiores a média regional. Por fim, tal área foi ocupada pela grande transnacional. A instalação do D.I. não foi fruto de um planejamento que visava oferecer atrativos à industrialização, mas, sim, como uma forma de justificar ao conjunto da sociedade piracicabana os benefícios concedidos à empresa Caterpillar do Brasil, Assim sendo, dos 240 alqueires da área reservada ao D.I., 180 alqueires foram cedidos à Caterpillar.

Ainda segundo o autor, até 1975 estavam em funcionamento duas indústrias no D.I UNILESTE. Em 1980 se deu um grande salto na ocupação do D.I. com a instalação de mais dezoito fábricas. A partir de 1980 caiu sensivelmente o ritmo da ocupação chegando em 1985 com um acréscimo de mais quatro unidades produtivas. No período de 1986 a 1990 voltou a crescer o ritmo de ocupação, apesar do fechamento de quatro indústrias, outras treze ali se instalaram.

Além do D.I. UNILESTE, em 30 de dezembro de 1998, segundo a Lei Complementar 101: “dispõe sobre a criação do distrito industrial UNINORTE”. A Lei Complementar 175, em 02 de agosto de 2005: “dispõe sobre o plano diretor de desenvolvimento de Piracicaba”. Entre os planos, a criação do D.I. UNINOROESTE.

Atualmente, segundo os dados da Prefeitura do Município de Piracicaba, os D.Is empregam, aproximadamente, 11.300 funcionários. A seguir os Quadros 1, 2 e 3 com as unidades produtivas e os ramos de atividades.

QUADRO 1. Estabelecimentos industriais no D.I. UNILESTE, em 2011.

Nome da Indústria	Ramo de Atividade
Soned*	Química
Café Morro Grande	Produtos Alimentares
Trevilin	Metalúrgica
Wahler	Metalúrgica
Case New Holland	Mecânica
Artefapi	Madeira
Bom Peixe*	Produtos Alimentares
Stork	Metalúrgica
Auto Pira*	Mecânica
MME Fixações	Metalúrgica
Fundiart	Metalúrgica
Sanavita*	Produtos Alimentares
Caterpillar	Mecânica
Borghesi & Borghesi	Mecânica
Requiph*	Mecânica
Ferchimika	Química
Iplasa*	Produtos de Matérias Plásticas
Pinton*	Mecânica
Rex	Mecânica
Comatec*	Mecânica
Aspertec	Mecânica
Puma	Mecânica
Dilutec*	Química
MS Tecnopon	Diversas
Eacial	Metalúrgica
BT	Material Elétrico e de Comunicações
A.R. Diniz*	Produtos de Minerais Não Metálicos
Varixx	Material Elétrico e de Comunicações
Famop	Mecânica
MB Val	Mecânica
Maquenge	Mecânica
Metalpe	Metalúrgica
Delphi	Mecânica
NSJ	Mecânica
Casa das Empilhadeiras	Mecânica
Tectextil	Têxtil
Dobramil	Mecânica
Sempermed	Diversas
J L J*	Mecânica
Alutec*	Produtos de Matérias Plásticas
SBD*	Metalúrgica
Schmidt*	Mecânica
Marmo Italia	Produtos de Minerais Não Metálicos
Metalbril*	Produtos de Matérias Plásticas
Engetubo*	Produtos de Matérias Plásticas
Frefer	Metalúrgica
Elring Klinger	Mecânica
Fremitec	Metalúrgica
Ideol	Mecânica
Fastwork	Metalúrgica
Fisio Line*	Perfumaria, Sabões e Velas
Valvulas S. F.*	Mecânica
Weidmann	Produtos de Matérias Plásticas
Personal	Mecânica
Thermix	Mecânica
LGMT	Mecânica
Pachane	Mecânica
Central Nacional de Guindastes*	Mecânica
Piervale	Mecânica
Tradisã*	Produtos Alimentares
Omega	Metalúrgica
AGL Forming-Bras*	Produtos de Matérias Plásticas
JFS*	Metalúrgica
Liespe	Metalúrgica
Vidronovo*	Produtos de Minerais Não Metálicos
M. P.*	Mecânica
Metalúrgica Piracicaba	Metalúrgica
AGF*	Metalúrgica
Tubocat	Produtos de Minerais Não Metálicos
Perfilmaxxi	Produtos de Matérias Plásticas
Eaton	Mecânica
Fundpad*	Metalúrgica
KM*	Papel e Papelão
Fer Pira	Produtos Alimentares
Mereli	Metalúrgica
Brusantin	Metalúrgica
RKM	Mecânica
Brule*	Metalúrgica

*Além de indústrias, exercem atividades comerciais.

Fonte: Adaptado da Secretaria de Finanças do Município de Piracicaba, 2011.

QUADRO 2. Estabelecimentos industriais no D.I. UNINORTE, em 2011.

Nome da Indústria	Ramo de Atividade
Pirafer*	Metalúrgica
Oxipira*	Mecânica
Morel	Metalúrgica
Rimep	Material Elétrico e de Comunicações
MMC*	Mecânica
IMF	Mecânica
Gusfer*	Mecânica
Centrimax*	Mecânica
Elos & PPR	Mecânica
Marafon	Mecânica
Unimil*	Mecânica
MCT	Madeira
Usilab	Metalúrgica
Tatuzinho	Bebidas e Álcool Etílico
N. P. P.	Produtos de Minerais Não Metálicos
Faromar*	Produtos de Matérias Plásticas
Pietro	Produtos de Minerais Não Metálicos
A. N. G.*	Produtos de Matérias Plásticas

*Além de indústrias, exercem atividades comerciais.

Fonte: Adaptado da Secretaria de Finanças do Município de Piracicaba, 2011.

QUADRO 3. Estabelecimentos industriais no D.I. UNINOROESTE, em 2011.

Nome da Indústria	Ramo de Atividade
Biomin	Produtos Alimentares
CJ Corporation	Produtos Alimentares

Fonte: Adaptado da Secretaria de Finanças do Município de Piracicaba, 2011.

A seguir, O QUADRO 4 aponta que desde o início da industrialização em Piracicaba, a cidade possui vocação para o ramo metalúrgico e mecânico. Tais atividades são as de maior destaque até a atualidade, graças ao predomínio econômico agroindustrial citado anteriormente.

QUADRO 4. Quantidade de Indústrias por Ramo de Atividade em cada D.I., em 2011.

RAMO DE ATIVIDADE	UNINOROESTE	UNILESTE	UNINORTE	TOTAL
Bebidas e Álcool Etílico	0	0	1	1
Diversas	0	2	0	2
Madeira	0	1	1	2
Material Elétrico e de Comunicações	0	2	1	3
Mecânica	**0**	**31**	**8**	**39**
Metalúrgica	**0**	**20**	**3**	**23**
Papel e Papelão	0	1	0	1
Perfumaria, Sabões e Velas	0	1	0	1
Produtos Alimentares	2	5	0	7
Produtos de Matérias Plásticas	0	7	2	9
Produtos de Minerais Não Metálicos	0	4	2	6
Química	0	3	0	3
Têxtil	0	1	0	1
TOTAL	**2**	**78**	**18**	**98**

Fonte: Adaptado da Secretaria de Finanças do Município de Piracicaba, 2011.

Considerando a história econômica e a industrialização ocorrida no município de Piracicaba, observa-se, empiricamente, a importância que os Distritos Industriais tiveram e continuam tendo no desenvolvimento econômico local. Contudo, o entendimento dos processos e das dinâmicas que ocorrem territorialmente, bem como das intensas relações que ocorrem entre as indústrias instaladas nos diferentes D.Is só podem ser encontrados quando considerados outros processos que extrapolam o contexto local. A compreensão de tais processos exige, portanto, uma pesquisa específica que tenha por escopo o desvendamento das representações das condições gerais de reprodução do capital.

4. Método

O processo de produção se estende por toda a sociedade como um processo de exploração e de reprodução do capital. A reprodução do espaço se dá pela racionalidade técnica e do saber.

A industrialização ampliou as condições para a sua reprodução. Para o capital circular fez-se mister a compreensão espaço-temporal, ou seja, o encurtamento do ciclo do capital. Assim sendo, novos espaços, no caso, os Distritos Industriais, serão ocupados por novos processos produtivos, gerando a dinamização dos custos de produção.

Neste sentido, a mediação do Estado em suas diferentes dimensões de atuação na organização do espaço será fundamental (na criação de D.Is, no estoque de terras, etc.). Dessa forma, ocorrem as parcerias público/privado. O espaço acaba por revelar interesses divergentes. Daí os conflitos e as contradições.

Diante do que foi exposto, o método a ser empregado nesta pesquisa é o materialismo histórico dialético porque entendemos ser o método capaz de superar as representações, de desvendar os processos e os movimentos e de pensar o espaço não como sinônimo da realidade. Trata-se de não autonomizar a realidade, mas dialetizar este momento produtivista e compreender os processos de expansão econômica.

5. Procedimento Metodológico

A primeira etapa da pesquisa constituirá no levantamento bibliográfico sobre: distritos industriais; dinâmica locacional intra-urbana; suburbanização; desenvolvimento local; desenvolvimento territorial; deseconomia de aglomeração; desconcentração industrial e políticas públicas.

A segunda etapa da pesquisa constará do trabalho de campo junto aos estabelecimentos fabris instalados nos Distritos Industriais. Após o inventário das indústrias instaladas nos D.Is, serão selecionados as unidades produtivas a serem pesquisadas. Será elaborado um questionário que será aplicado junto aos estabelecimentos fabris selecionados. Serão realizados outros levantamentos junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Administração e Finanças da Prefeitura do Município de Piracicaba, também a outros órgãos ligados à indústria, como Associação Comercial e Industrial de Piracicaba (ACIPI); Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP); Banco de Dados da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP); Fundação Estadual de Análise de Dados (SEADE); Centro Industrial do Estado de São Paulo (CIESP) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Por fim, serão analisados os dados obtidos através do questionário e das entrevistas, mapeamento e análise das informações e a redação final da pesquisa.

6. Considerações Finais

A pesquisa em andamento, através do método e da metodologia apresentados, mostrará como os Distritos Industriais dinamizam a economia no município de Piracicaba, pois a hipótese da pesquisa é que as fábricas tem encontrado nos D.Is as condições necessárias para a reprodução do capital. Tais estabelecimentos produtivos são uma representação física do capitalismo. Dessa forma, toda a infra-estrutura criada neste território, como rodovias e telecomunicações, por exemplo, contribuem para viabilizar e agilizar a fluidez do capital.

Por último, a pesquisa fará uma análise crítica desta reprodução do capital e das políticas públicas implementadas recentemente na atração de novas unidades produtivas e na criação de novos Distritos Industriais. Espera-se, ao final desta pesquisa, trazer subsídios para a compreensão destes espaços produtivos que, historicamente, tem funcionado como áreas atrativas, principalmente para o grande capital.

7. Referências

AZZONI, C. R. **Onde Produzir?Aplicação da Teoria da Localização no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, 1985.

GLIGER, P. P. e DAVIDOVICH, F. R. **Reflexões sobre a Evolução da Estrutura Espacial do Brasil sob o Efeito da Industrialização**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 36, nº 3, 1974.

LENCIONI, S. **Condições Gerais de Produção**: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (07), 1 de agosto de 2007.

MENDES, A. A. **Implantação Industrial em Sumaré**: origens, agentes e efeitos: contribuição ao estudo da interiorização da indústria no Estado de São Paulo. 1991. 172f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociêcias e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

_____.; OLIVEIRA, A. M. R. **O Distrito Industrial de Rio Claro/SP**: Um espaço preparado para o grande capital. Revista Uniara, n.6, p.55-72, 1999.

_____.; SELINGARDI-SAMPAIO, S. **Dinâmica Locacional Intra-Urbana das Indústrias**: o caso da cidade de Rio Claro, SP. Revista Geografia, v.12, n.24: 61-84, outubro 1987.

RAZERA, S. **As Origens do Distrito Industrial e os Possíveis Impactos Socio-Econômicos no Município de Piracicaba**. Monografia – Departamento de Economia, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1993.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. **Geografia Industrial de Piracicaba**: Um exemplo de interação indústria-agricultura. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1973.

_____. **Indústria e Território em São Paulo**: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista - 1950-2005. Campinas, SP.: Editora Alínea, 2009.

8. Obras Consultadas

BILAC, M. B. B. et. al. **Piracicaba**: a aventura desenvolvimentista 1950-1970. Piracicaba, SP.: MB Editora, 2001.

FILHO, N. C.; MINUZZI, J. e SANTOS, P da C. F. **Competitividade sistêmica de distritos industriais no desenvolvimento regional**: uma comparação. Revista FAE, Curitiba, v.9, n.2, p.121-134, jul./dez. 2006. Disponível em: < www.fae.edu/publicacoes >. Acesso em 26 de jul. de 2010.

GALVÃO, O. J. de A. **"Clusters" e Distritos Industriais**: estudos de casos em países selecionados e implicações de políticas. Planejamento e Políticas Públicas n.21, jun 2000. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/85/154 >. Acesso em 26 de jul. De 2010.

MANZAGOL, C. **Lógica do Espaço Industrial** / Claude Manzagol; tradução de Silvia Selingardi Sampaio. - São Paulo: DIFEL, 1985.

PORTER, M. E., 1947 – **Competição** = On Competition: estratégias competitivas essenciais / Michael Porter; tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. - Rio de Janeiro; Campus, 1999.

TARTAGLIA, J. C.; OLIVEIRA, O. L (orgs). **Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo**, Editora Unesp, São Paulo, 1988.